



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO PAULO II À ÁUSTRIA

[10-13 DE SETEMBRO DE 1983]

**DISCURSO DO SANTO PADRE
NO ENCONTRO COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA AUSTRIACA**

Palácio Hofburg, Viena

11 de setembro de 1983

Excelentíssimo Senhor Presidente

Senhor Chanceler

Senhoras e Senhores

1. É para mim uma honra e uma alegria particular encontrar-me hoje com o Senhor Presidente, com os membros do governo federal e com os representantes da vida política e cultural austríaca. À Áustria unem-me há longos anos um *conhecimento pessoal e laços de amizade*.

Já nos primeiros dias após a minha eleição à Cátedra de Pedro recebi um cordial convite para visitar o vosso País. Agora esta visita tornou-se realidade. Por isto expresso-lhe a minha gratidão, Senhor Presidente, mas de modo particular estou-lhe grato pelo encontro de hoje e pelas nobres palavras da sua saudação.

De igual modo agradeço ao Governo federal e a todas as Autoridades desta cidade e da Áustria inteira, tudo o que fizeram, pois a minha visita não poderia ter sido melhor preparada e organizada, e o cordial acolhimento que encontrei. Em vós, os mais altos e competentes representantes do vosso País, saúdo todos os que têm a responsabilidade do bem-estar e do destino do vosso povo. Confirmo-vos a minha admiração pela história, a riqueza cultural e a grande estima que desde sempre, no passado e no presente, têm distinguido a Áustria na comunidade dos povos. Com particular reconhecimento recordo neste momento *o vínculo profundo e milenário do povo austríaco com o Cristianismo* e as amistosas relações que existem

há longo tempo entre o vosso País e a Santa Sé.

Muito tempo faz que um Papa veio em visita a Viena. Agradeço a Deus serem as circunstâncias da minha actual visita pastoral diversas daquelas de há 200 anos, quando Pio VI veio à vossa capital. Naquele tempo existiam graves motivos de preocupação pela unidade da Igreja e a sua autonomia na Áustria. Hoje, a vida da *Igreja pode desenvolver-se com liberdade*, o mesmo "Katholikentag" é de per si um sinal evidente disto. Foi para mim uma alegria ter podido nele participar. Foi uma esplêndida forma de anúncio da mensagem de Cristo aos homens deste País, um acto de esperança vivida que pode dar esperança a tantos outros.

2. A missão que a Igreja deve desempenhar no mundo em virtude da sua vocação, é uma tarefa religiosa e espiritual, não política. Mas precisamente por força do Evangelho que lhe foi Confiado, a Igreja, como o Concílio Vaticano II confirma, proclama também "os direitos humanos e admite e aprecia muito o dinamismo do tempo de hoje, que promove estes direitos por toda a parte" (*Gaudium et Spes*, 41). Ela manifesta satisfação e reconhecimento, se Estados, como a *República da Áustria* pela sua ordem democrática e o Sentimento fraterno dos seus cidadãos, se colocam ao serviço dos direitos humanos.

Aqui não se deve só pensar na boa ordem da vida pública e nos esforços pela tutela dos fundamentais direitos humanos no próprio País, mas também na disponibilidade em acolher povos de outros Países que foram privados da sua liberdade religiosa, da liberdade de exprimir a sua opinião e da estima pela própria dignidade humana. A Áustria tem sempre de maneira generosa oferecido asilo a estas pessoas. Deste modo este País tributa à liberdade pessoal do homem aquele respeito que é devido como direito inalienável da pessoa humana.

Por isso o vosso País merece uma particular palavra de reconhecimento e de encorajamento pelo modo como sente os seus *deveres europeus e internacionais*. Como no passado, assim também hoje a Áustria tem muitas vezes o dever de lançar uma ponte entre os povos. Sempre se empenhou em dar o seu contributo para assegurar a paz e o entendimento entre as Nações e o bloco de potências para além das próprias fronteiras, na consciência dos comuns empenhos da Europa e da sua responsabilidade na comunidade dos povos; será necessário prosseguir neste empenho de modo decisivo e ter sob os olhos estas metas de maneira cada vez mais clara.

Assim, a solicitude pela justiça internacional há muitos anos já levou a inúmeras iniciativas de apoio ao desenvolvimento das regiões mais pobres do mundo. Alegro-me por que também o auxílio da Igreja tenha dado um grande contributo. Apesar disto a diferença entre ricos e pobres continua a aumentar. Este facto deve induzir todos, no Estado e na Igreja, a esforços ainda maiores, que possam também prever profundas transformações na ordem económica do mundo. O mesmo vale ainda para o desejo de se chegar ao entendimento internacional e para a assegurar a paz mundial. Precisamente nisto o vosso País tem uma particular oportunidade para um empenho ainda mais intenso em favor das transformações humanas e culturais e para

um ainda mais eficaz estímulo aos encontros e ao diálogo entre as Nações.

3. Neste empenho pelo bem dos homens e dos povos, os Estados encontram na Igreja católica um aliado sempre válido. *A Igreja sente-se chamada, em virtude do seu mandato apostólico, a contribuir para o serviço do homem também na vida pública.* E isto sobretudo num País no qual muitos cidadãos se professam católicos e que na sua história e na sua cultura foi tão fortemente imbuído do espírito cristão.

A Igreja não é uma instituição política. Ela não tem competências tecnológicas e económico-políticas e nem mesmo se afirma por meio de uma política de força. Ela respeita a responsabilidade do Estado sem se ingerir nos seus deveres políticos. Deste modo ela adquire maior autoridade quando se bate pela verdadeira liberdade, pelos direitos inalienáveis da pessoa humana, pela sua dignidade e vocação divina. No nome da verdadeira liberdade e da dignidade do homem, a Igreja é sobretudo chamada a garantir *a manutenção da consciência moral e de um justificável comportamento moral diante dela*, e isto não só na vida individual mas também na vida social. É por isso que a Igreja tem sempre o dever espiritual de se empenhar de modo tão decisivo por uma colaboração com os Estados, também em favor das actuais necessidades do homem, pela justiça e a paz, por uma convivência digna do homem e por uma eficaz defesa da ordem moral na família e na sociedade. Este serviço concreto é tanto mais urgente num tempo em que o crescente desprezo dos fundamentais valores humanos abala as bases da ordem social e ameaça o próprio homem na sua mais íntima dignidade. Também o moderno Estado pluralista não pode renunciar a normas éticas na legislação e na vida pública sem que o bem-estar do indivíduo e da comunidade sofra um grave dano. Isto vale sobretudo quando se trata de tutelar bens essenciais como a vida do homem em todas as suas fases. A Igreja manifesta solidariedade e reconhecimento a todos os responsáveis que se empenham com ela, por própria convicção pessoal, na defesa dos fundamentais valores morais no seio da actual sociedade, e que transmitem este empenho aos jovens como um dever.

Excelentíssimo Senhor Presidente, posso afirmar expressamente, com grande estima, que Vossa Excelência sempre se empenhou neste sentido com muita sinceridade e vigor, desde o momento em que assumiu este cargo tão cheio de responsabilidade. Por isto e por todo o Seu desvelo em apoiar de modo generoso a obra da Igreja e da Santa Sé na vida pública, exprimo-Lhe o meu sincero agradecimento.

4. Ao concluir, caríssimos Senhoras e Senhores, permiti-me uma observação mais pessoal. Vós, que estais aqui reunidos, fostes nomeados pelo povo austríaco, mediante eleições livres e democráticas, ao vosso encargo político e os *vossos deveres sociais derivam desta nomeação*. Tendes uma grande responsabilidade perante este País e a sua posição no mundo. O ónus mais difícil do político *requer o empenho de todas as vossas forças, de toda a vossa pessoa*. Aqueles de entre vós que possuem o dom da graça e da fé saberão que por isto se pode e se deve pedir o auxílio de Deus: Oxalá seja dada a todos vós a força espiritual e moral para corresponderdes às

grandes expectativas que a sociedade e sobretudo a juventude dirigem hoje aos políticos.

Estou grato a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a vós, ilustres Senhoras e Senhores, porque respeitais a visão cristã e o diálogo com a Igreja segundo as vossas convicções pessoais. Faço votos por que tenhais em conta isto também no desenvolvimento da vossa actividade, carregada de responsabilidade, pelo bem-estar do vosso povo.

Invoco sobre vós, sobre a "tão decantada, tão provada e tão amada Áustria" (Hino nacional), e sobre todos os seus habitantes a duradoura protecção e bênção do Onnipotente e Misericordioso Deus.